

ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 12-5-2021.

Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Jonas Reis, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Matheus Gomes, Mauro Zacher e Pedro Ruas. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 167/21 (Processo nº 0437/21), de autoria de Alexandre Bobadra; o Projeto de Lei do Legislativo nº 133/21 (Processo nº 0352/21), de autoria de Bruna Rodrigues; o Projeto de Resolução nº 020/21 (Processo nº 0420/21), de autoria de Cassiá Carpes; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 127 e 143/21 (Processos nºs 0342 e 0389/21), de autoria de Claudio Janta; o Projeto de Lei do Legislativo nº 143/21 (Processo nº 0372/21), de autoria de José Freitas; o Projeto de Lei do Legislativo nº 108/21 (Processo nº 0306/21), de autoria de Psicóloga Tanise Sabino; o Projeto de Resolução nº 021/21 (Processo nº 0460/21), de autoria de Ramiro Rosário e Fernanda Barth. A seguir, foi apregoado requerimento de autoria de Bruna Rodrigues, solicitando licença para tratamento de saúde no dia dez de maio do corrente. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Moisés Barboza, Giovane Byl, Mauro Pinheiro, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cassiá Carpes, Lourdes Sprenger, Jessé Sangalli, Alexandre Bobadra, Comandante Nádia, Fernanda Barth e Mari Pimentel. Em continuidade, foi aprovado requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 2ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 014/20 e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 129 e 026/21 e 151/20, estes dois discutidos por Jonas Reis. Às dezesseis horas e três minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 160/21 (Processo nº 0474/21). Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 152/21 (Processo nº 0441/21), após ser encaminhado à votação por Aldacir Oliboni, Jonas Reis, Cassiá Carpes, Airto Ferronato e Claudio Janta. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e vinte e oito minutos às dezesseis horas e trinta e dois minutos. Após, por solicitação de Moisés Barboza, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Daniel Flores Neto. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e trinta e sete minutos às dezoito horas e cinquenta e sete minutos, para a realização de reunião conjunta de comissões permanentes. Às dezoito

horas e cinquenta e oito minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Felipe Camozzato, Márcio Bins Ely e Idenir Cecchim. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

A Ver.^a Bruna Rodrigues solicita Licença para Tratamento de Saúde no dia 10 de maio de 2021.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente da Casa, Ver. Márcio Bins Ely; peço licença para tirar a máscara para ficar mais clara a minha manifestação; cidadãos, cidadãs, colegas vereadores e vereadoras, hoje nós comemoramos o Dia Internacional da Enfermagem, tenho certeza que a Casa reconhece essa profissão como uma das mais importantes da área da saúde, principalmente nesse tempo de pandemia, de combate ao Coronavírus. Tenho certeza que os dados ora apresentados em todo o Brasil são mais que preocupantes, já que o governo federal – e eu digo governo negacionista –, que, na verdade, não se preocupou em agilizar a imunização dos cidadãos e cidadãs no Brasil afora, nem dos trabalhadores em serviços essenciais, dentre eles, os trabalhadores da saúde. Então, neste Dia Internacional da Enfermagem nada mais do que prestar uma homenagem aos trabalhadores da saúde e não apenas aplausos. Como muitos dizem: “Vamos às janelas hoje para aplaudir os trabalhadores da saúde”. Os trabalhadores da saúde merecem um reconhecimento maior, por exemplo, que a gente se dedique e apoie a iniciativa do projeto que já está no Senado, do piso nacional salarial dos trabalhadores da saúde e a redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais. Eu creio que isso nos dá uma dimensão do quanto é importante valorizar o servidor à medida que ele está de fato lá no *front*, enfrentando esse grande problema, que hoje é uma preocupação mundial, não só do Brasil. Estou aqui com os dados de hoje em que o Brasil registra mais 2.300 mortes – vejam que não tem baixado de 2 mil, antes era alto mais de mil mortes por dia, depois foram para 3 mil e pouco e agora, ainda está num patamar muito alto, mais de 2.300 pessoas perderam

suas vidas nas últimas 24 horas; e mais de 27.700 contraíram o Coronavírus. Com esses dados de hoje, nós chegamos a 425.540 pessoas que perderam suas vidas. Imaginem vocês quem está na linha de frente, Ver. Jonas, enfermeiros, enfermeiras, técnicos em enfermagem, auxiliares de enfermagem, agentes comunitários de saúde, médicos, odontólogos, enfim, todos os profissionais da saúde, e aqueles que estão dedicados a uma área muito especial, que é a UTI, perceberem que a pessoa está ali por uma questão de minutos, ou uma por uma questão de um medicamento que, muitas vezes, não está disponível. Então, é nesse sentido que nós, além de preocupados com a questão de valorizar o servidor da saúde, nós queremos, neste período de Liderança, em nome da bancada do PT, em meu nome, em nome do Ver. Jonas, da Ver.^a Reginete, do Ver. Leonel, poder prestar esta homenagem de reconhecimento, de gratidão e, mais do que isso, que todas as ações que nós vamos fazer nesta Casa, ou que a Assembleia faça, ou que o Congresso Nacional faça, de fato consigam trazer mais dignidade a esses servidores, uma vez que eles, há anos, vêm pleiteando o piso nacional de salários, uma vez que eles, há anos, vêm, pleiteando a redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais. Inclusive, nós estamos com uma moção para votar hoje, na Ordem do Dia, e eu espero o apoio da maioria, ou da grande maioria, ou unanimidade da Casa, para poder sinalizar, de fato, esse Dia Internacional da Enfermagem, um símbolo especial da Câmara Municipal de Porto Alegre em apoio não só à sua atividade no dia a dia, mas, mais do que isso, ao piso nacional de salários e ao reconhecimento de que isso seja valorizado pelos parlamentos e pelos executivos. Sempre lembrando que essa função é mais do que importante, são aquelas pessoas que estão na linha de frente e que estão construindo a possibilidade de devolver a vida ao cidadão e ressuscitá-lo. Muitas vezes, quando nós recebemos a receita de um médico sobre tal medicamento, aquilo nos dá expectativa de que nos devolverá a vida que está em risco naquele momento. Portanto a nossa homenagem especial ao Dia Internacional da Enfermagem nesta tarde, neste dia 12 de maio. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Presidente, colegas que nos acompanham na tarde de hoje, público que nos acompanha pela TVCâmara, eu subo à tribuna para seguir na pauta. Hoje é um dia importantíssimo para comemorar essa profissão que é a enfermagem. Neste dia é importante explicar para as pessoas que nós não temos o poder de votar, porque é uma iniciativa em nível federal, mas o Projeto de Lei n° 2.564, de 2020, que estipula e prevê esse piso, é extremamente importante para o reconhecimento da categoria. Nós, neste momento de pandemia, todos aqui certamente têm familiares, amigos, pessoas que necessitaram e muito da comunidade médica. Reforçamos aqui o lamentar da politização da pandemia, da parte do ponto de vista de transformar uma pandemia mundial numa politicagem. Uns contra os outros, parece que

quem defende o distanciamento, o isolamento tem que ser de um campo político. Quem defende o distanciamento controlado, algumas regras de diminuir, evoluir e se preocupar com outras áreas é do outro campo político. Então, neste momento, nós precisamos ter a sensibilidade de voltar a nossa atenção à comunidade médica, hoje, nesta data tão importante para os enfermeiros. Eu já falei aos autores aqui, lamento, Ver. Oliboni, que inclusive não está aberto para que outros vereadores e outros partidos assinassem juntos, já está na Ordem do Dia, mas nós temos sim que lutar por um maior reconhecimento aos enfermeiros. Fica registrado aqui o meu carinho a equipe médica que me atendeu no Hospital Moinhos de Vento, a todos os técnicos em enfermagem, aos enfermeiros, aos médicos, na UTI, na CTI, o meu abraço carinhoso e a minha dívida de gratidão, como vários integrantes da nossa população também tem essa dívida de gratidão. Eu sempre respeitarei e vou continuar respeitando a comunidade médica principalmente nos temas pertinentes ao cuidado com a saúde da população. Então, reforço aqui o nosso apoio a esta importante moção, mas também quero deixar claro para vocês aqui que nesta Casa existe limitação constitucional; nós não vamos legislar sobre isso, sobre o Projeto de Lei nº 2.564/2020, que está em Brasília, mas, com certeza, apoiamos a ideia para aumentar o reconhecimento à categoria da enfermagem. O meu abraço carinhoso a nossa suplente de vereador, a Ver.^a Tatiane Pires Bernardes, que sempre fala sobre esse projeto, um abraço carinhoso a ela por seu dia e também ao querido Ricardo Oliveira, nosso amigo, que sempre nos presta importantes informações técnicas sobre a questão da enfermagem. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Giovane Byl está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR GIOVANE BYL (PTB): Boa tarde, Presidente; boa tarde, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara, pelo YouTube, pelo Facebook; é uma alegria muito grande estar mais uma vez aqui, nesta Casa, usando esta tribuna. Eu gostaria de saudar aqui a presença, temos nos honrando aqui nesta tarde o secretário da SMAP – Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio, André Barbosa - seja bem-vindo, secretário. Vem fazendo um grande trabalho à frente dessa pasta no Executivo.

Eu também gostaria de fazer um relato aqui para os Srs. Vereadores, que nós protocolamos um projeto indicativo ao Executivo que tem como objetivo indicar que o DMAE - Departamento Municipal de Água e Esgotos passe a assumir as caixas-d'água e as bombas-d'água dos loteamentos construídos pelo DEMHAB, construídos pela Prefeitura. Hoje nós enfrentamos uma realidade muito preocupante e especificamente no Loteamento Irmãos Maristas das famílias oriundas da Vila Nazaré. Essas famílias que foram realocadas e, de certo modo, sem planejamento, porque as famílias vieram, mas o posto de saúde não veio. As famílias e as crianças vieram, mas a creche não veio. As famílias com seus problemas sociais vieram, mas o CRAS não veio.

E cabe lembrar, Srs. Vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara, que o Loteamento Irmãos Maristas não foi um loteamento feito no centro da cidade. O Loteamento Irmãos Maristas foi feito na região nordeste, que é a região com menor Índice de Desenvolvimento Humano da nossa cidade. O Loteamento Irmãos Maristas está dentro da Timbaúva, um dos lugares que, até 2015, era considerado o metro quadrado mais violento do Estado do Rio Grande do Sul. Então, nós temos inúmeras dificuldades em relação à mobilidade urbana dessas famílias, pois as famílias do Recanto do Sabiá, da Timbaúva, da Wenceslau já tinham dificuldades em se locomover através da única linha alimentadora. Agora, nós temos essas famílias para atender. E agora nós temos um grande problema, porque as famílias não têm condições de pagar as faturas que vêm das bombas-d'água. Então, esse projeto de indicativo vai estar sendo discutido nas comissões aqui na Casa, mas é justamente para que nós possamos dar um amparo para essas famílias, porque hoje o custo de vida está muito alto para aquelas famílias que não tinham a cultura de pagar água, não tinham a cultura de pagar energia elétrica e nem condomínio e hoje elas estão nessa situação. E essas famílias que também outrora viviam da reciclagem não têm como reciclar do quarto andar. Então, as famílias estão precisando de apoio, de amparo e de alternativas, e é por isso que nós protocolamos esse projeto de indicativo ao governo para que o DMAE passe a ter o domínio sobre as caixas-d'água e as bombas-d'água dos loteamentos feitos pelo DEMHAB, especificamente, o Loteamento Irmãos Maristas, localizado no bairro Mário Quintana. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador).

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente Márcio, demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste; quero falar aqui da nossa preocupação, Ver. Claudio Janta, com o comércio. Nós temos visto que, principalmente nesta região central, o comércio ainda não teve uma volta significativa do seu movimento; também, os donos de bares e restaurantes que amargaram um ano de 2020 muito complicado e ainda continuam por algumas questões que a gente vê que a pandemia impede a circulação total das pessoas. Mas uma outra preocupação é com algumas atividades econômicas que ainda não conseguiram voltar como é o caso, Ver. Gilson, da questão das quadras esportivas. A gente sabe que as quadras esportivas, no ano de 2020, praticamente ficaram fechadas todos os dias e poucos dias abertas. Tiveram um retorno, logo em seguida, a pandemia engrossou e acabaram fechando novamente. Então, são atividades que sofreram muito durante essa pandemia. Também posso falar sobre o grupo de eventos. Os grupos de eventos, não só dos grandes eventos como *shows*, músicas, o Auditório Araújo Vianna, os clubes dentro do Sport Club Internacional, do Grêmio, grandes *shows*, mas também aquelas casas menores, casas onde se faz as festas de aniversário, de casamento sofreram muito no ano de 2020 e continuam sofrendo pela

pandemia. E o apelo que a gente faz é que se busque uma forma de retornar, até porque, se levarmos em consideração, essas casas de eventos são pequenos restaurantes com os familiares, os amigos que vão lá fazer um jantar, um evento, e os restaurantes, mesmo que não cem por cento, mas já estão retornando, já retornaram e essas casas de eventos continuam fechadas. E acho que merecem um cuidado do nosso Município, do governo do Estado, uma forma de a gente buscar para que elas possam ir retomando, ter uma perspectiva de retomada, até porque a gente sabe que os índices nos hospitais estão baixando, Ver. Moisés. Graças a Deus, parece que a pandemia chegou em um nível mais controlado, até porque nós já temos um grande número de pessoas vacinadas no Estado do Rio Grande do Sul e no Município de Porto Alegre. Então, acho que é hora de a gente começar a prever a abertura dessas atividades. Inclusive, eu tenho um projeto de lei que, em certo momento, parecia que estava melhor a pandemia e depois ela retornou a índices mais altos no início do ano, fevereiro, março e abril, que era do retorno do futebol dos clubes Internacional, Grêmio, São José na cidade de Porto Alegre. E agora, Ver. Cecchim, que preside esta sessão, eu acho que na hora de nós começarmos a discutir, inclusive, acho que vou colocar o nosso projeto em andamento para que a gente possa fazer essa discussão aqui no nosso plenário. Porque não é só a preocupação com os clubes em si, Ver. Cecchim, mas com as pessoas que trabalham em torno do futebol. O Ver. Cassiá foi jogador, treinador e tem uma atuação sempre além da Câmara de Vereadores, da Assembleia Legislativa dentro do futebol sabe do grande número de pessoas que orbitam em volta de uma partida de futebol. As pessoas que trabalham na segurança, no estacionamento, vendendo dentro do estádio e que amargaram aí mais de um ano de inatividade e essas pessoas com certeza já estão em outros empregos ou passando por dificuldades. Acho que está na hora de nós começarmos a discutir a volta dos jogos com torcida, Ver. Cassiá, até porque nós já temos um grande número de pessoas vacinadas. Se não forem todas as pessoas, quem sabe podemos voltar com algumas atividades com as pessoas que já estão vacinadas e que terão um melhor retorno com mais cuidado. A outra questão também, setor que já retornou, mas ainda não cem por cento, é das escolas. Durante esta semana estava lendo uma reportagem a respeito das escolas, Ver.^a Cláudia. As crianças não são os principais agentes indutores da Covid, da pandemia; então, se tivermos os cuidados necessários podemos sim ter um retorno com uma expectativa boa, porque essas crianças não são os principais transmissores da Covid. E voltando ainda a esse tema, gostaria de falar da vacina para os professores. Nós aqui, esta Casa externou que gostaria que os professores fossem vacinados o quanto antes, fossem os próximos nessa lista imensa de pessoas para serem vacinadas, até porque nós vimos que os municípios de Esteio, do PP, e de São Leopoldo, que é do PT, fizeram questão de vacinar primeiro os professores modificando, em Esteio, modificando a ordem nacional e São Leopoldo usando a xepa, as sobras da vacina. E teve inclusive ingresso na justiça e, num primeiro momento, Esteio ganhou. Então, gostaria de fazer aqui um apelo ao nosso prefeito municipal Sebastião Melo, que o quanto antes fizesse essa modificação e colocasse os professores nessa lista para que sejam os próximos a ser vacinados porque teríamos mais segurança ainda no retorno das escolas e nós não temos dúvida aqui, nenhum de nós, vereadores, o

quanto é importante a educação. Todos nós defendemos, mas temos que ter atitudes concretas nessa posição de vacinar os professores para que as aulas possam ter o retorno cem por cento. Ainda temos infelizmente, o sindicato, o Simpa, que está querendo fazer uma greve, mas nem todos os professores estão aderindo a essa greve, e eu faço um apelo aos professores que estão em casa. Sim, nós estamos fazendo um apelo ao governo, ao prefeito municipal, ao secretário de saúde para dar vacina aos professores e que esses professores voltem o quanto antes, todos os professores, cem por cento, às escolas, porque a gente sabe como é importante para que essas crianças voltem as suas atividades. Não só pelas atividades escolares, a gente sabe da importância para o futuro dessas crianças, mas também porque nós sabemos que principalmente, Ver. Giovane Byl, nas comunidades mais carentes, muitas vezes, as crianças que não têm a escola para ir ou não têm a creche, a escola conveniada, elas não têm para onde ir, acabam ficando na rua. Moram em pequenas casas, muitas vezes, quatro, cinco irmãos mais o pai, a mãe, a avó, o tio, num cômodo só, então, eles não têm como ficar em casa. Acabam indo para a rua e acabam tendo então um risco de contaminação muito maior do que se estivessem na escola. Além disso, a parte de alimentação que, muitas vezes, a principal alimentação daquela criança, daquele jovem, na periferia, é na escola. Portanto, é fundamental o retorno urgente de cem por cento nas escolas, principalmente, nessas escolas de periferia. Então, nada mais justo do que nós, sabendo dessa necessidade, dessa vontade de todos os vereadores, da vontade da população e das comunidades, fazermos uma pressão nos órgãos e na justiça para que a gente possa vacinar esses professores para que tenham toda a segurança e, dessa forma, retornarmos às atividades cem por cento nas escolas. Então, Presidente, muito obrigado e lembrando o nosso Ver. João Antônio Dib, que encontrei esses dias, Ver. Janta, fazendo compras: Saúde e Paz!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara, Youtube, Rádio Câmara, uma boa tarde a todos. Amanhã é um dia muito importante para as religiões de matriz africana, umbanda, quimbanda, candomblé, que amanhã é dia dos pretos velhos, lembrando que esta Casa fez uma homenagem, colocando no calendário de Porto Alegre, com ênfase, o Dia dos Pretos Velhos, essas entidades que acolhem as pessoas quando elas chegam num centro de umbanda, que trazem a sabedoria das senzalas, como o misticismo dos cruzeiros e, principalmente, as suas mandigas, com ervas, com pedras, com tudo que a natureza dispõe para ajudar as pessoas a terem um conforto, na sua saúde, que funcionam como uma voz, sentadinhos nos seus tocos, ouvindo as lamúrias das pessoas e dando seus conselhos de sabedoria. Então, amanhã, dia 13 de maio, a Câmara de Vereadores e Porto Alegre homenageiam os pretos velhos. Saravá a

todas essas grandes entidades, que, volto a dizer, prestam um grande serviço espiritual às pessoas.

Também entrando no que o Ver. Mauro Pinheiro estava falando, sobre a tristeza que se vê na cidade de Porto Alegre, no setor gastronômico, bares e restaurantes, que funcionam com apenas 30% ou 40% da sua capacidade. Aumentaram seus custos, com a colocação de luvas, com insumos que estão cada vez mais caros, que trazem uma insegurança tanto por parte das pessoas, quanto por parte dos empreendedores. Vemos uma quantidade de restaurantes - e nem vou falar das casas noturnas - fechados na cidade de Porto Alegre e isso é assustador; são empresas tradicionais que fecharam as suas portas, fazendo com que os empregos deixassem de existir. Existem causas para isso e uma das principais causas é a pandemia.

Mas outra causa que eu vejo, e eu queria entender isso, são os donos de imóveis, que não tiveram a sensibilidade de serem parceiros e diminuir um pouquinho o valor do aluguel. Querem exigir o valor do aluguel integral. Aliás, os síndicos também poderiam diminuir o valor do condomínio. Quer dizer, é uma falta de sensibilidade, pois preferem deixar o imóvel fechado, com uma placa de aluga-se do que gerar dois, três empregos; nesse período, temos uma quantidade imensa de empregos vagos. Mas eles preferem isso, preferem não serem parceiros de uma pessoa que juntou as suas economias e montou o seu restaurante, uma cafeteria, um bar, ou seja, montou algo que gera emprego, que gera o sustento da sua família, e, hoje, essas pessoas estão desesperadas. As empresas do comércio que atuam na rua, bem como nos *shopping centers*, que vendem varejo, produtos eletrônicos, roupas, também estão apavoradas e assustadas. A cidade tenta voltar à sua normalidade, mas, na verdade, o que se vê ainda é o receio das pessoas. Hoje, saiu uma notícia em vários veículos de comunicação, dizendo que o vírus, mesmo depois de erradicado, fica atuando por seis meses; uns dizem que é dois, outros dizem que é três, quatro, ou até seis meses. Nós vamos descobrir isso na dor, como está se descobrindo a segunda cepa - e ainda pode vir a terceira cepa, conforme já estão falando. E as pessoas ficam nessa expectativa de tentar, entre aspas, ter uma vida normal, com a percepção de que poderá, através da vacinação, ter uma vida comum, dentro da normalidade, uma vida que todos nós sentimos falta. Estamos vivenciando um momento de um stress muito grande, de isolamento, em que a gente tem dificuldade de se agrupar, de estar junto, e, pode-se dizer, até de vergonha. Quando a gente junta em casa quatro, cinco pessoas da família, a gente chega a pedir para as pessoas não irem de carro, mas de aplicativo, para não ficarem aqueles carros na frente de casa. É uma série de absurdos por que está passando a população de Porto Alegre.

Mas indo no embalo do que o Ver. Mauro Pinheiro disse aqui, tem coisas que eu não consigo entender. Se é possível abrir alguns estádios de futebol, em que se pode sentar numa cadeira e noutra não, isso poderia ser feito em qualquer estádio de futebol, já que todos estão abertos, para começar. Nós não estamos falando de um teatro, não estamos falando da Câmara de Vereadores, em que três ou quatro portas estão abertas, nós estamos falando de espaços abertos, de espaços em que há circulação de ar e que poderiam acomodar as pessoas. Semanalmente, a gente vê notícias do

jogador do time A, B, C, do Brasil a fora, sendo vítima da Covid-19. Então, não é a prática do futebol, não se trata de permitir que as pessoas estejam num estádio de futebol que vá aumentar os casos de contaminação. Isso já é sabido. O que aumenta a contaminação é o que acontece, num final de semana, que é a aglomeração de pessoas no mesmo espaço. E, hoje, até virou uma dificuldade para o poder público poder identificar os organizadores dessas festas, porque as pessoas alugam um galpão, colocam uma geladeira ou uma chopeira e fazem uma festa. Isso tem aumentado e muito, principalmente depois do repique do carnaval, ocasião em que as aglomerações eram imensas. Então, eu entendo que não são as atividades ao ar livre que vão aumentar o risco de contaminação, pois existem regras: se o risco aumentar, se volta atrás, ou se seja, se revisa o procedimento, sempre lembrando que o principal de tudo é preservar a vida!

Mas, voltando ao que eu falei no início, quero prestar uma homenagem a essas santidades, que são os pretos velhos: meu saravá a todos! Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente, colegas vereadoras, vereadores, quero dizer ao meu colega, Ver. Claudio Janta, que, mesmo que eu quisesse, eu não poderia esquecer o dia 13 de maio, pois é o aniversário da minha mãe. Amanhã ela faz 75 anos. E eu também quero homenagear os nossos pretos velhos. Eu, como umbandista, bem sei da importância deles e da sabedoria que eles nos trazem com seus ensinamentos de raiz.

Mas o que eu quero falar, hoje, diz respeito ao Dia Internacional de Enfermagem. Nós sabemos que na semana de 12 a 20 de maio comemora-se a Semana da Enfermagem, que foi instituída lá em meados de 1940, em homenagem a duas grandes personagens da enfermagem, sendo uma delas, a enfermeira Ana Neri, que foi a primeira enfermeira brasileira a se alistar voluntariamente em combates militares, fortalecendo, assim, a representação feminina a frente de grandes momentos. Durante séculos, a enfermagem vem formando profissionais comprometidos com a saúde e com o bem-estar de todos. Só no Brasil, são mais de 100 mil enfermeiros, além de técnicos, auxiliares de enfermagem, que chegam a cerca de 900 mil trabalhadores em todo o país. A enfermagem é a arte de cuidar de alguém que você nunca viu, mas que você trata como se fosse seu familiar. Para que possamos valorizar os nossos profissionais e respeitá-los, principalmente neste momento de pandemia, nós fizemos uma Indicação – primeiro, havíamos feito um projeto, que não passou nas comissões – para o governo, para que seja feito o pagamento da insalubridade máxima a esses trabalhadores durante a pandemia. Estamos também com um projeto de lei para ampliação da validade dos prazos e chamamento dos concursos já realizados e que, devido à pandemia, estão

expirando. A categoria está há anos sem reajuste, e acho que essa valorização é a melhor forma de homenageá-los. Cuidar da própria saúde é o nosso dever; cuidar da saúde do próximo é um dom. Por isso, fica aqui a nossa gratidão e respeito a todos os trabalhadores da saúde. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Cecchim, Vice-Presidente da Casa, no comando dos trabalhos. Vereadoras e vereadores, quero aproveitar, aqui, em nome do nosso partido, eu e a Ver.^a Mônica, nessa liderança, para dizer que eu ouvi a explanação do Mauro, ele tem razão em alguns pontos, mas é uma questão muito complexa, que precisa de diálogo. Os times do interior já estão jogando às 15 horas, Janta, enquanto os profissionais estão jogando mais à noite. Então, é uma coisa que vai acontecer naturalmente. Agora, quero me associar ao Mauro, para que a gente possa conversar com o presidente da federação. Não se toma nenhuma decisão aqui para agradar a A ou B, sem conversar com a federação máster do futebol gaúcho, com todas as suas precauções, orientando os clubes com todos os protocolos. Eu fico à disposição. Nós temos que ter muito cuidado. Temos que avançar gradativamente, com todos os protocolos. A federação é, sem dúvida, a indicada para fazer um levantamento e está exigindo dos clubes, sim. Num ponto, eu quero afirmar que ninguém faz um cuidado tão rigoroso como os clubes de futebol, que tem a orientação da federação de seguir os protocolos do governo, seja municipal ou estadual, e só realiza jogos nos horários que são determinados pela federação. As tabelas dos campeonatos. Então, não adianta nós quereremos votar uma coisa aqui que a federação não quer. Nós não vamos inventar a roda da noite para o dia. Para isso, tem a CBF, cada estado tem a sua federação, e, conseqüentemente... Claro que os clubes estão com prejuízos financeiros enormes, mas tem que combinar, tem que ter um equilíbrio entre o financeiro e o técnico tático para ter uma competição. Não adianta tu abrir para as torcidas e não ter os jogadores, ou jogadores com Covid-19. O que adianta? Quem é que leva o clube? É o bom time, um time com bons jogadores e com jogadores com saúde. Essa é a minha opinião. Tem campo, sim, para avançar.

Outro aspecto: vou falar sobre a previdência do Município. Eu não quero polemizar, mas quero falar sobre a minha aposentadoria. Tem gente que não fala. Eu contribuí por mais de 40 anos. E ganhando bem. Eu era atleta, treinador, mas não consegui receber o teto, Ver.^a Mônica, mesmo contribuindo por mais de 40 anos. E outro detalhe para quem está em casa entender: eu continuo pagando a previdência como aposentado e ainda pago, novamente, aqui pela Câmara, assim como todos vocês. E não vai para a aposentadoria. Fica para o governo. Quer dizer, eu pago duas vezes,

assim como muitos aposentados que pagam duas vezes aqui. Mas eu me precavi lá atrás. Eu contribuí para a previdência complementar. E é o que todo mundo tem que fazer, se puder. Então, agora que está vindo a previdência do Município... O que ontem o Prefeito colocou para nós, para a base do governo, é a melhor previdência em relação ao Estado e à União. Por sinal, a da União, foi feita, Oliboni, no governo da Dilma. Aí é que houve a dissidência do PSOL, vamos recordar, recordar é melhor. O PSOL fez um partido novo, porque não concordava com a anuência da previdência social nacional estabelecida pelo governo, naquela oportunidade, do PT. A gente tem que estabelecer bem esses pontos, para ficar claro para a sociedade que está nos ouvindo. Não basta ser contra. Eu sou a favor, e o funcionalismo – não tenho nada contra o funcionalismo, gosto muito, fui secretário de Obras, nunca tive problemas, ajudei muita gente –, neste momento, tem que entender que é bom para eles também no futuro. Outro detalhe que é importante: eles vão receber, no futuro, uma aposentadoria boa, melhor do que a minha, melhor do que a da maioria da população brasileira, que ganha um salário mínimo de aposentadoria. E naturalmente vão receber, isso que é importante, receber a sua aposentadoria justa. Essa reforma que vem aí, ela é muito boa perto das outras, Ver.^a Mônica, muito boa! Mas tem gente que é contra só por ser contra, só porque “ah, o meu partido não quer”; “ah, o meu partido quer, mas tem que ser assado”; “ah, tem que ser assim”. Sobre a reforma da previdência, com as entidades que eu tratei, com que todos os vereadores trataram, eu disse: “Olha, nós vamos fazer o possível”. Essa questão das emendas de ontem, a emenda coletiva, que valoriza esta Casa, melhorou ainda mais para o funcionalismo público em relação àquela reforma que já estava prevista, seja do governo anterior, seja deste governo. Então, tem que entender dessa forma. Houve sim uma força muito grande do Legislativo, de todos nós, para acordar com o Executivo que deveria melhorar, e melhorou. Agora, milagre ninguém vai fazer. A Prefeitura precisa trabalhar noutras áreas também. A cidade precisa, é muito grande, a Prefeitura está enfrentando dificuldades. Não está tirando do município, ao contrário, está dando tranquilidade e pode – se Deus quiser, vamos torcer nós todos aqui – ser que haja a reposição salarial, que não tem há cinco anos. É uma luta nossa também, que, depois, nós temos que enfrentar. Peço a compreensão. “Sim, mas o meu partido não quer.” Eu fiquei sabendo hoje que o partido tal disse que, se a pessoa votar a favor da reforma da previdência, vai expulsar. Mas vocês são homens, ou não são homens? São mulheres, ou não são mulheres? O partido não manda em ninguém, quer expulsar, expulsa, mas tem que ter visão de futuro, de gestão. O dia que o partido me disser isso, eu digo: “Assina aí que eu já estou saindo agora”. Essa é a realidade. É uma bela reforma, muito boa. Hoje, conversando com a banda municipal, expliquei, Ver. Cecchim, para eles didaticamente. Nenhum contestou, porque eles começaram a entender que era isso que precisavam, precisavam que lhes mostrasse a realidade atual, pois querem se aposentar recebendo, que tenha fundo. Não existe conta que não tenha fundo, aí é no vermelho. Na realidade, a minha opinião é essa, até concordo com quem discorda, mas eu não posso ser só político, eu não posso só ter uma opinião ideológica, eu tenho que analisar os fatos. O funcionalismo de Porto Alegre é muito bem-conceituado, é um funcionalismo de qualidade, mas não pode ser influenciado por outras razões que

venham a afetar o seu trabalho, a sua aposentadoria, etc. Aposentadoria tem um limite, a União fez, e reprimos aqui, colocamos de novo, foi no governo do PT que foi feita a reforma da previdência. Cada um, outros vão ter dificuldade de se aposentar, mudou muita coisa. Hoje tem que ser com 65 anos o homem, e 62 a mulher. A previdência do Município será menos, 57, 58, dependendo da situação. É uma boa reforma da previdência, não vai penalizar tanto e vai assegurar o futuro, isso que é importante. Hoje a situação é dramática não só para a Prefeitura, é para o aposentado também. Se não tiver fundo, vai ter dificuldade de receber, e quer ter uma aposentadoria tranquila. Tem uma aposentadoria, em média, integral, são poucas as atividades no Brasil que tem. E volto a frisar: a maioria da população está na rua, pedindo esmolas nas esquinas e não tem aposentadoria. É isso que nós temos que pensar também. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Presidente Idenir Cecchim, falo em nome da bancada do MDB; aproveito para me somar à fala do Ver. Cassiá. Eu sou uma pessoa que, desde jovem, optou por uma previdência complementar, que pago até hoje, independentemente de estar aposentada ou não. É uma segurança para quem pode fazer essa opção. Felizmente, eu fui muito bem orientada à época para pensar numa tranquilidade maior, quando chegasse a aposentadoria. O Ver. Cassiá já deu todas as informações a respeito de previdência complementar. Sou favorável a que todos tenham uma aposentadoria mais tranquila, segura, quando chegar o momento de gozar o tempo de descanso, depois de longos anos de trabalho. Vejo com bons olhos a emenda apresentada ao PELO que está em discussão.

Eu quero falar hoje também dando orientação às pessoas que me procuram para saber como atender animais. Nós temos um passivo que não tem milagre para se resolver. Esse passivo beira mais de 20 mil animais sem tutores pelas ruas, pelas praças ou em prédios abandonados. Somam-se mais, aproximadamente, cinco mil gatos. Isso dependeria de um canil imenso, que não se poderia dar conta de cuidar. O Rio de Janeiro, que é uma cidade cinco vezes maior, tem, na sua albergagem, em torno de mil animais. Isso é o dia a dia de pessoas que abandonam, de animais que precisam ser resgatados por ordem judicial, e várias outras situações. Quando você se deparar com um caso que precisa de atendimento, de consulta gratuita ou de outro procedimento, ligue para o 156, faça a sua solicitação e anote o protocolo. Por que isso? Porque, desde novembro do ano passado, a nossa área, que inclui um canil e unidades de atendimento veterinário na Lomba do Pinheiro, foi terceirizada. Para se pagar os procedimentos, precisa-se de um comprovante, e o comprovante é o registro no 156. A pessoa se identifica e informa a sua demanda. No caso de uma consulta de emergência, a mesma coisa, tendo um número até 25, se inscreve no 156. Isso é o que está contratualizado.

Casos emergenciais não têm albergagem. O atendimento é feito no local, e tem que se levar para uma associação, para a casa de alguém que tem essa experiência de cuidados. Nós gostaríamos que tivesse, pelo menos, hospedagem para o pós-operatório, para o atendimento de recuperação de algum procedimento. Não existe milagre, não existe resgatar os animais na rua, encontra seis, manda resgatar, não tem essa solução. Vou dar um exemplo que ocorreu em Caxias do Sul, que saiu, inclusive, na revista VEJA, que era a favela do sul. Chegou-se a resgatar 2.500, 3 mil animais. O que é que aconteceu? Dificuldades de manter, e as pessoas continuavam abandonando. A nossa campanha contra o abandono, ela não atinge um milhão e meio de pessoas, mas ela é muito importante. Antes de abandonar, tente buscar um outro local, para não trazer problemas para as protetoras e para o poder público, que não tem como albergar. O que está contratado são 800 vagas para cães e 20 para gatos. E um rodízio precisa ser feito, para desocupar baias, se faz isso nas feiras de adoção. Com a pandemia, nada foi feito, porque gera aglomeração. Todos os vereadores devem ser informados dessa situação, quem puder colaborar... Nós temos um quadro também muito triste que são as pessoas com síndrome de Hoarding, que acumulam animais nós estamos tratando dessa questão. Já teve um projeto-piloto, se iniciou, parou, em nível público. Nós vamos incluir mais pessoas das áreas sociais da Prefeitura nessa discussão, visando a minimizar os problemas que acontecem, como, por exemplo, quando falece uma protetora que tem 50 ou 100 animais. Quem vai resgatar? Para onde vão? Não temos albergagens tão preparadas para receber uma quantidade imensa de animais. Todas essas albergagens são pagas. Da minha parte, em emendas impositivas, eu fiz uma previsão pequena, porque albergagem não é barato, é pago por mês. Eu estou acostumada a fazer esse trabalho mesmo antes de ser vereadora, num voluntariado; muitas vezes, a gente se endivida, vai resgatando, vai pagando. Hoje uma cirurgia de alta complexidade beira R\$ 2 mil, R\$ 2,5 mil, mais a estadia, que depende da clínica. Vai de R\$ 25 a R\$ 50, tem clínicas que cobram R\$ 75 a diária. Quero trazer essa realidade para todos os que estão nos ouvindo, nos assistindo e para os próprios vereadores: não há milagre de sumir com os animais que estão por aí. Podemos buscar mais lares, tentar mais cooperação. Precisamos também que as pessoas se conscientizem de que o animal, muitas vezes, não vai para um bom lugar, é acidentado ou agredido com tamanha violência que chega a óbito, é esse o dia a dia. Não tem glamour na causa animal, tem é muita demanda, precisa de muita vontade de gestores públicos que botem o pé no barro, porque não tem salinha bonita, não tem como ficar sentado só olhando a situação passar. Eu vou procurar trazer mais dados na próxima oportunidade, para que todos nós cheguemos à conclusão de que o quadro é bem dramático. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos, hoje a gente está fazendo algumas discussões no momento de liderança. Eu gostaria de falar de três projetos que estão em discussão e que, provavelmente, em breve, entrarão em votação aqui na Câmara. Eu gostaria de começar a apresentar para os vereadores, porque eu tenho certeza de que, se não todos, a maioria vai achar interessante, vai gostar de contribuir com o seu voto e, eventualmente, contribuir com sugestões para o próprio projeto que está em tramitação.

Os principais projetos que a gente está apresentando para a apreciação dos vereadores versam sobre a questão da fiscalização, que nós, vereadores, temos o direito de fazer – na verdade, é nossa obrigação – sobre o Poder Executivo, especialmente na prestação de serviços públicos à comunidade. O Ver. Jonas é um grande entusiasta dessa fiscalização junto aos postos de saúde, e a gente gostaria de dar uma contribuição nesse sentido. O Ver. Jonas, assim como eu e todos os outros vereadores que se preocupam com a questão da saúde, recebe muitas demandas, muitas reclamações sobre demora no atendimento, sobre ineficiência na prestação de serviço, falta de insumos. Eventualmente, quando falta algum médico, a população não consegue ter essa informação de maneira mais clara, mais precisa, para conseguir responsabilizar quem tem que ser responsabilizado. Nesse sentido, uma ideia que surgiu no gabinete, muito em função da experiência que nós tínhamos já no município de Viamão, foi a emissão de tíquetes. A gente, quando vai a um posto bancário, quando a gente se cadastra no posto bancário, a primeira coisa que se faz é ir até um totem, colocar o CPF, o número da conta do usuário, e é emitido um tíquete com o horário da entrada do cliente na agência bancária. A nossa proposta é fazer algo parecido no sistema público de saúde. O usuário, quando estiver buscando atendimento, ao chegar no guichê, receberia um tíquete com o nome dele, ou o CPF dizendo o horário da entrada. Por que isso é importante? Porque, muitas vezes, o usuário está lá esperando por 10, 12, 15 horas o atendimento, e eu tenho certeza de que isso é um problema que é muito recorrente em qualquer lugar que tenha atendimento público, e ele nos fala: “Estou aqui esperando faz 10 horas; eu estou esperando faz 5 horas; eu estou aqui esperando faz 12 horas” E a pergunta lógica que surge em função disso é: “Então, meu amigo cidadão, tu tens como provar que tu estás aqui desde às 10h da manhã esperando?” Ele não tem como, porque quando ele chegou no posto, ele não tirou uma foto na frente do relógio para mostrar a hora que ele chegou. No entanto, para validar essa reclamação dele, por que o poder público não fornece, no instante em que ele passa pela triagem ou no instante em que ele se cadastra no guichê, não emite para ele um boleto, um tíquete com o nome dele e o horário em que ele deu entrada, para que se possa fazer, justamente, essa medição, a etapa do atendimento dele. A importância disso seria a gente começar a conseguir recolher esses dados para conseguir medir quais são os principais gargalos dentro do atendimento público de saúde do Município. Hoje, não sabemos quanto tempo o cidadão fica na triagem, quanto tempo ele fica esperando para fazer o exame de raios X, quanto tempo ele fica esperando para ser medicado, quanto tempo demora para sair o remédio após a expedição da receita médica na farmácia, e dentro desses tíquetes de bilhetes numerados poderia se constar tudo isso. E, como diria o Ver. Camozzato, o que

não é medido, não é gerenciado. Como poderia o poder público saber quais são os seus principais gargalos, ouvindo o relato dos gestores sem ter uma planilha que mostra o fluxo de trabalho dentro do atendimento de saúde, numa unidade de saúde. Esse é um aspecto legal, que eu espero contar com o apoio dos vereadores. Essa não é uma pauta ideológica, não é de esquerda e nem de direita, é uma pauta para o cidadão, transparência no atendimento de saúde para ajudar o gestor a identificar quais são os principais gargalos e servir como prova para o cidadão de que ele está lá esperando há 10, 12, 15 horas o atendimento que não chega. Para a gente conseguir encontrar os responsáveis, é importante que sejam gerados esses documentos, essas provas, para que seja disponibilizado também ao usuário para que ele possa, inclusive numa reportagem, mostrar: “Olha, está aqui, estou desde às 10h da manhã esperando atendimento e nunca chegou o atendimento.” Essa é uma das ideias, propostas legislativas que vão ser colocadas em votação, em breve.

Outra que tem também, que a gente conseguiu, felizmente, aprovar no Município de Viamão, então ela tem um precedente legislativo, talvez não no Município, mas que serve como referência e está em vigor, e foi, inclusive, utilizada pelo Ministério Público para responsabilização do gestor, prefeito da cidade na época. Nós fizemos uma lei, óbvio, de ponto biométrico, isso aí é prática de algumas entidades, de alguns postos de saúde, mas esse é só o detalhe da lei, o que importa nessa sugestão que nós fizemos é a afixação das escalas médicas no saguão de atendimento das unidades públicas de saúde do Município de Porto Alegre, assim como ocorre no Município de Viamão. Por quê? Muitas vezes o paciente está aguardando no saguão por algum período, uma hora, duas horas, três horas, e ele não entende o que está acontecendo lá atrás do guichê, não sabe o que está acontecendo para dentro do atendimento, às vezes, a demora se dá por conta da alta demanda no atendimento, e, às vezes, se dá por falta de transparência. A gente sabe que muitas vezes acontece, não é usual, mas acaba acontecendo, de em algum plantão, daqui a pouco o médico está cansado, daqui a pouco ele já está entediado com aquele posto que ele está ocupando e começa a não atender na frequência indicada pelo Conselho Federal de Medicina, que diz que em média são quatro atendimentos por hora. Óbvio que não é uma linha de montagem, não pode a gente colocar um cronômetro do lado do médico e esperar que sejam feitos os atendimentos em uma velocidade “x” ou “y”, porque a gente entende que existem atendimentos que vão demorar cinco minutos e existem atendimentos que vão demorar horas, mas a média indicada pelo Conselho Federal de Medicina é que cada atendimento tenha um período aproximado de 15 minutos, o que faria com que, por hora, cada médico fizesse quatro atendimentos. E a exposição das escalas dos médicos presentes no plantão, de maneira transparente, no saguão dos postos de atendimento, ajudaria a população a entender mais ou menos quanto tempo falta para o seu atendimento. Ela está vendo uma fila, quatro, cinco, dez pessoas esperando no saguão, tem um médico, quatro atendimentos por hora, então vai demorar uma hora e meia, duas horas para ser atendida. Como não tem a escala médica de maneira transparente no saguão da UPA, não tem a escala médica de maneira transparente na frente do postinho de saúde, o usuário não tem condições de saber quantos médicos

estão prestando trabalho naquele dia. Não tem como um fiscal, vereador, chegar numa UPA e fiscalizar se o médico está presente, se ele nem sabe a quantidade de médicos necessário na escala do dia. Então a nossa proposta, que já é lei no município de Viamão, inclusive, serviu para responsabilizar o prefeito, vem no sentido de disponibilizar com transparência a escala médica semanal numa área de circulação pública, dentro da unidade de saúde, de modo que os usuários pudessem ter acesso a essa informação. Isso é muito importante, porque o Ver. Jonas, eu, qualquer outro vereador que for fazer a fiscalização, não pode depender da boa vontade do operador do sistema para ter acesso aquela informação. Essa informação é pública, se ela é pública, e existem precedentes de outros municípios que essa informação é colocada no saguão, entendo que seja importante a gente trazer esse debate aqui para a cidade de Porto Alegre. Vai gerar transparência, vai gerar fiscalização. Já aconteceram casos, inclusive, em UPAs aqui da 36, na 040, onde o paciente foi muito mal atendido pelo médico, e a gente sabe que, infelizmente, o corporativismo acaba protegendo, ninguém queria falar o nome do médico que tinha feito o mal atendimento. O que o usuário fez? Abriu um processo responsabilizando os quatro médicos da escala. Não sei quem é que me atendeu, um dos quatro me atendeu, e daí os outros três disseram: “Não fui eu, não fui eu, não fui eu”, aí sobrou só aquele que tinha que ser responsabilizado. Então, essa informação, essa transparência, ajuda a fazer a responsabilização de quem tem que ser responsabilizado.

Um outro tema muito importante, ainda na linha do que falou o Ver. Camozzato, do que não é medido não é gerenciado, nós fizemos uma outra sugestão: pesquisa de satisfação nos postos de saúde da cidade de Porto Alegre, com a posição de totens. “Ah, é inconstitucional porque vereador não pode ordenar...” Não, é inconstitucional se a gente vai ordenar como vai se organizar o trabalho dentro do poder, agora, um mecanismo de transparência não tem inconstitucionalidade, a gente está trazendo justamente a medição para o sistema, para a gente conseguir identificar quais são os principais gargalos. Essa nossa ideia de totens na saída dos postos de saúde, para fazer a verificação do atendimento, ouvir o usuário, vai ser bancada, por exemplo, pelas emendas impositivas, que eu já me comprometo em colocar, 50% daquelas que nós temos direito vão para a área da saúde, para ajudar na implementação de um sistema para a gente conseguir ouvir a opinião do usuário sobre os principais problemas que acabaram ocorrendo dentro do seu atendimento, ou elogio mesmo, para conseguir fazer esse atendimento de maneira mais transparente possível. Agradeço pela oportunidade, espero que os vereadores possam contribuir com o seu voto favorável na ocasião da votação do projeto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Eu gostaria de lembrar que hoje a atriz Ruth de Souza faria 100 anos. Eu acho que ela merece um registro pela sua luta, pela sua tenacidade, uma grande cidadã brasileira, que sendo muito conhecida na

televisão, ele fez disso, dessa sua popularidade, uma luta que deu muitos frutos e que todos nós devemos continuar a seguir. Era esse o registro que eu queria fazer.

O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Primeiramente, eu gostaria de parabenizar esse dia tão importante, que é o dia do enfermeiro e do técnico em enfermagem. Como eu falei para vocês, eu sou técnico em administração hospitalar e tenho muitos amigos que trabalham na área da saúde. Como regra geral do serviço público é apenas um cargo, e a exceção de dois, é dois de professor ou dois na área de saúde, de profissões regulamentadas, ou um cargo técnico e um de professor, ou então um cargo de vereador com um cargo na administração pública é comum, geralmente o técnico de enfermagem e o enfermeiro trabalha em dois lugares e faz um trabalho social muito importante na área de saúde. Por óbvio, em virtude da pandemia e da Covid-19, esses heróis carregaram um pesado piano no nosso sistema de saúde e merecem a nossa homenagem. Ainda na mesma linha, eu quero parabenizar a nossa Casa aqui, porque na segunda-feira nós aprovamos, por ampla maioria, que nosso sistema de saúde, através de receita médica, que as pessoas possam ter acesso a medicamentos que vão ao encontro, melhor interesse público, para fazer o tratamento precoce com relação à Covid-19 e outras doenças. Então, parabéns a nossa Casa, parabéns pela inteligência, parabéns por prestigiar os médicos que estudam 5, 7, 10 anos. Nós temos, sim, que confiar no médico, confiar no profissional de saúde, confiar no enfermeiro e dar possibilidade que as pessoas possam escolher que tipo de tratamento que elas vão fazer, por óbvio, com respaldo clínico, com respaldo médico. Nós temos muitas drogas na nossa sociedade, o cigarro, a bebida, então não seria razoável a gente impedir que o cidadão, que as pessoas de bem pudessem ter acesso ao tratamento contra a Covid. Então, parabéns a nossa Casa pela inteligência emocional. Aqui nós temos um tratamento de muito carinho uns com os outros, nós discutimos questões ideológicas, discutimos ideias, mas todos os dias nós temos um tratamento aqui muito respeitoso uns com os outros. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Presidente Márcio Bins Ely, te cumprimentando quero cumprimentar a todos os colegas vereadores que estão hoje aqui em mais uma sessão plenária, cumprimentar as pessoas que estão nos assistindo pela TVCâmara e o povo de Porto Alegre. Quero dizer que toda e qualquer morte deve ser evitada, mas num confronto entre policiais e bandidos, eu

tenho a minha escolha. Quando bandidos decidem enfrentar a polícia, a lei e a ordem, o caminho é de mão única. Foi isso que aconteceu na favela do Jacarezinho, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Fora desse contexto, é poesia. O ideal, sim, é prender o criminoso, mas quando este decide ir para o confronto, não existe uma segunda alternativa. A operação não foi perfeita, não foi perfeita pois um policial morreu. E quando um homem, policial fardado, militar ou civil, no cumprimento da lei, tomba, a sociedade tomba junto. Lamentar a morte desses bandidos, no mínimo, é se aliar a eles. Esses traficantes mortos destruíram muitas famílias. Nenhuma pessoa, com fuzil na mão, é pai de família, exceto os policiais. Nenhuma pessoa com fuzil na mão fica na esquina lendo um livro, quem faz isso sabe que a vida pode ser muito curta. Vocês conseguem imaginar um policial abordando um criminoso armado com um fuzil mais potente que o armamento daquele policial e dizendo: “Cidadão, por favor, deixe a sua arma no chão e coloque as mãos na cabeça porque você está preso”. Quem está armado com fuzil atira, ou no mínimo tem a intenção de atirar. Infelizmente, numa guerra entre policiais e traficantes, gente inocente pode morrer. Aliás, gente inocente é usada como escudo por traficantes. Aqui em Porto Alegre mesmo ouvi trabalhadores da educação com receio do que a comunidade pensaria sobre policiais dentro de uma escola, daí tive que dizer a uma dessas pessoas: a comunidade vai adorar, o traficante é que não. Não confunda comunidade com bandido. Numa favela, numa vila, a imensa maioria das pessoas é do bem. A comunidade quer estudar, quer trabalhar, quer ter segurança, a mãe quer ver o filho fora daquele ciclo destruidor de vidas. É uma ínfima parcela que deseja o poder atrás do tráfico. O tráfico só tem ou ganha essa magnitude quando o Estado está ausente. É preciso ocupar os espaços com escolas, com segurança, com creches, com oportunidades de trabalho; o traficante não pode ser respeitado nesses locais. Onde há infraestrutura e condições para as comunidades, o traficante até tenta a penetração, mas logo é destruído, porque não encontra abrigo e respaldo dos moradores. O melhor exemplo disso é o próprio Rio de Janeiro, que, há cerca de uma década – é provável que muitos nem se lembrem mais –, dezenas de traficantes saíram às pressas do Morro do Alemão, com medo da polícia: era a presença maciça do Estado trazendo paz à comunidade. Na época, os bandidos perceberam a força do Estado e não entraram em confronto; infelizmente, por causa da voraz corrupção naquela turma, faltou dinheiro para dar continuidade a um projeto que trouxe esperança para as favelas do Rio de Janeiro. Na época, tive ainda que ler em alguns jornais: “Moradores deixam as favelas com a chegada da polícia.” Que absurdo! Quem deixou a favela foram os bandidos, e essa distorção nós não podemos mais aceitar.

Enfim, quero parabenizar os valentes policiais que enfrentaram bandidos melhor armados, porém esses criminosos não têm o preparo, felizmente, dos nossos valorosos policiais. Meus pêsames à família do inspetor André Leonardo de Mello Frias, que era casado, criava uma enteada de dez anos e ainda ajudava sua mãe, vítima de um AVC. Agora os colegas de farda, os colegas civis estão fazendo uma vaquinha para ajudar a família desse policial. Não vi protestos na rua, nem parece policial que foi alvejado, nem tampouco para as crianças que foram mortas por bandidos em Curitiba. E

ainda nós temos que ouvir gente lamentando morte de bandido, só pode ser brincadeira de mau gosto eu espero obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB): Boa tarde, meus honrados e estimados colegas; boa tarde a todos que estão nos assistindo pela TVCâmara. Ontem a gente fez o lançamento oficial da Frente Parlamentar Brasil-Israel. Chegamos a cogitar o fato de transferir o lançamento da frente pela gravidade dos acontecimentos lá em Israel, que todos puderam ver em diversos canais de TV. Em acordo com o cônsul Alon, resolvemos manter a data, pela importância de marcar posição no dia de ontem, com uma frente parlamentar que vem enfrentar e fortalecer laços de apoio ao Estado, irrevogável, de Israel, estado que não deixará jamais de existir, está colocado lá. Os amigos de Israel, conforme dissemos ontem, são os amigos da liberdade e da democracia. Israel é o bastião da liberdade naquele território, um dos raros governos democráticos republicanos em meio a ditaduras de tirania, e por isso ele permanecerá como um farol que ilumina o caminho. Nós gostaríamos aqui de expressar todo nosso apoio ao Estado de Israel e o nosso repúdio aos ataques terroristas que começaram dois dias atrás, inundando o céu de Israel com milhares de mísseis. Se não fosse o domo de ferro, se não fosse a proteção tecnológica que Israel tem hoje, estaria em cinzas, reduzida a pó, e era isso que queriam os seus detratores e opositores. Então, eu venho aqui nesta Casa pedir o apoio dos vereadores, de todos que estão a favor da causa de Israel, porque é um absurdo nós vermos vereadores aqui nesta Casa publicarem nas redes sociais que o que Israel promove em Jerusalém oriental é uma limpeza étnica! Como é possível dizer isso de um povo que sentiu a limpeza étnica na sua própria pele, em um povo que foi perseguido durante a 2ª Guerra Mundial, que pereceu em campos de concentração? Que teve seus direitos, o seu nome, a sua personalidade, quase extintos por quem realmente queria promover a limpeza étnica pelos odiados nazistas? Vir agora acusar o povo de Israel, os judeus, de promover limpeza étnica é de uma canalhice sem tamanho!

Então, meus colegas, eu peço a todos que estão aqui nos assistindo apoio neste momento, a essa bandeira que eu abro aqui. E aos colegas que assinaram a frente e aos que não assinaram, mas que vão participar, que apoiam o fim da violência em Israel, eu peço que se levantem em apoio ao Estado de Israel. Obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, colegas vereadores, Presidente. Eu gostaria de fazer aqui hoje um assunto muito feliz que muito tem sido debatido nesta Casa, muito tem sido debatido em diversas casas legislativas do Brasil, que é a questão da vacinação para professores. A imunização, como todos sabem, deve ser prioridade em qualquer governo, em qualquer cidade, em qualquer município do Brasil. Nós temos agora, logo mais, sexta-feira, uma possibilidade de priorizarmos a vacinação dos professores contra a Covid no nosso Município. Então é com muito entusiasmo que eu trago esse assunto.

Como vocês veem, eu estou no dia a dia nas escolas; hoje de manhã estava na Vila Nova visitando algumas escolas infantis. Então é muito importante a gente ressaltar a importância da volta às aulas com segurança para toda a comunidade escolar, e esse passo que nós vimos, do engajamento do prefeito, da SMED, da Secretaria da Saúde, da Secretaria de Educação, para que seja priorizado assim que tiverem esse acordo, no sábado mesmo ou na segunda-feira, para iniciar a vacinação dos professores é muito importante. Eu considero que o prefeito, ao assumir essa postura de proatividade de dizer e se comprometer que, se tivermos toda a segurança jurídica, nós estaremos vacinando os professores e a nossa comunidade escolar, dará um passo assertivo ao priorizar a educação no nosso Município. Então eu gostaria que todos que estão aqui presentes também declarassem publicamente esse apoio, pela importância de uma pauta tão prioritária que, por vezes, ficou carregada de vícios de iniciativa política, que acabou sendo ajuizada de diversas maneiras e que prejudicou quem precisava mais, que são as crianças que estão lá na ponta e que são prejudicadas por não terem acesso à educação. Então, colegas vereadores, me sensibilizo diante da pauta e trago aqui a importância deste tema para Porto Alegre sair vitoriosa sexta-feira desse debate e estarmos priorizando, no sábado ou na segunda-feira, a vacinação de toda nossa comunidade escolar. Obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornarmos à ordem normal. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0307/20 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 014/20, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que declara como Área Especial de Interesse Social I – AEIS I – a área que especifica, localizada no Morro da Cruz, no Bairro São José, criando nova Subunidade e alterando os limites das Subunidades adjacentes. **Com Emenda nº 01, do Ver. Aldacir Oliboni. (SEI 021.00132/2020-72)**

PROC. Nº 0356/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 151/20, de autoria do Ver. Claudio Janta, que determina a oferta de, no mínimo, 1 (uma) Farmácia Distrital com horário de atendimento até as 22h (vinte e duas horas) por Gerência Distrital de Saúde no Município de Porto Alegre. **(SEI 024.00075/2020-29)**

PROC. Nº 0098/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 026/21, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que amplia o limite de tolerância para 30min (trinta minutos) nos estacionamentos temporários pagos nas vias e logradouros públicos e em áreas urbanas pré-determinadas – Área Azul – para motoristas de transporte individual por táxi e transporte motorizado privado e remunerado de passageiros – plataformas de aplicativos. **(SEI 019.00002/2021-23)**

PROC. Nº 0345/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 129/21, de autoria da Ver^a Daiana Santos, que inclui a efeméride Dia do Exu João da Cruz no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 14 de novembro. **(SEI 209.00046/2021-25)**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Boa tarde, povo de Porto Alegre; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras. Para nós, que moramos na capital há muito tempo e que defendemos o Sistema Único de Saúde – não só defendemos, mas dependemos dele –, o tempo que foi passando piorou o serviço das farmácias públicas. Por quê? Porque foram centralizadas, colocadas em poucas regiões, e a cidade foi se expandindo nos seus extremos, foi se expandindo e o transporte foi precarizado. Só na pandemia, perdemos 39 linhas no ano passado, que não foram retomadas – a Carris assumiu algumas. Eu falo isso porque, quando a gente fala tem acesso à saúde pública, nós temos que pensar também na mobilidade. Como é que o cidadão que está desempregado, que está doente, vai conseguir acessar um remédio que já foi pago por todas as trabalhadoras e trabalhadores, se as farmácias distritais são poucas? Eu fico muito incomodado com algumas medidas que o Estado brasileiro foi construindo, e a Prefeitura de Porto Alegre. Eu acho que nós temos que pacificar alguns debates e entender que a Câmara de Vereadores também é responsável pela entrega dos serviços públicos nesta capital, que tem 1,5 milhão de habitantes e não pode centralizar serviços

de saúde, ela tem que ampliar o acesso. A gente vai para a Zona Sul, e quem mora no lá no extremo do Lami, quase Itapuã, tem que ir até a Restinga, pegar dois ônibus para ir até a farmácia distrital – aí já são R\$ 20,00. Bom, aí vocês vão dizer que R\$ 20,00 todo mundo tem; não tem, o povo trabalhador desempregado não tem dinheiro. Nós estamos falando em uma quantidade expressiva de pessoas que estão sem ocupação, não dá para ficar dessa forma!

Outro debate importante que nós fazemos aqui neste dia é sobre as áreas azuis. Eu acho fundamental que a gente possa pensar a ocupação dos espaços públicos de forma mais democratizada e não monetarizada. Quando a Prefeitura objetiva ou dá margem para que serviços públicos deixem de chegar na mão da cidadania, para que determinadas taxas de lucros sejam obtidas, nós estamos numa inversão de valores. Essa inversão de valores deve ser combatida em todo e qualquer governo, não só nos governos em que uns fazem parte e outros não – nós temos que pensar como a cidade pode melhorar, e aí eu fico pensando, fico me questionando, será mesmo que esse modelo que nós temos aí, de vários serviços públicos com uma parcela sendo oferecida pela iniciativa privada, são positivos? Eu quero dizer para vocês – vou dar um exemplo – que recebi uma reclamação ontem da unidade de Atenção Básica do bairro Chapéu do Sol, extremo sul de Porto Alegre, em que as pessoas estão demorando mais de 4 horas para serem atendidas porque faltou organização no calendário de atendimento. E lá foi terceirizado há pouco tempo. Quem, de fato, está fiscalizando isso? Eu busco fiscalizar a saúde, a educação, primordialmente, mas acho que mais pessoas precisam olhar isso, porque, senão, o cidadão, Ver. Oliboni, fica sem voz – ele precisa dos 36 vereadores, precisa! Alguns diriam até que são poucos vereadores, são poucos, para 1,5 milhão de habitantes. Talvez seja um debate que temos que fazer, por quê? Porque a cidade precisa ser atendida pela Câmara, Presidente Márcio. A Câmara de Vereadores não pode ser só um conjunto de gabinetes, ela tem que ser fundamentalmente aquilo que a gente entende, popularmente, como pé no barro, e não pode ser só em período eleitoral. Para concluir, acho fundamental que a gente observe o que a cidadania pede, e nesse sentido, do ponto de vista do SUS, é preciso ter mais farmácias distritais e ampliar o horário de atendimento, com certeza, porque o trabalhador, Ver. Márcio, que trabalha de dia, de noite não consegue acessar. E aí, como fica, vai tirar do bolso, deixa de comprar o gás, deixa de comprar leite, carne, para a sua família porque não consegue chegar na farmácia distrital, já que ela não está aberta no período noturno. Encerro aqui meu debate, trazendo esse posicionamento na nossa questão de pauta. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Com a palavra o diretor legislativo, para verificação de quórum para entrarmos na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e nove Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam à chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 16h03min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 160/21 – (Proc. Nº 0474/21 – Mesa Diretora) – requer seja o período de Comunicações do dia 17 de maio destinado a assinalar o transcurso dos 90 anos do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul – SIMERS. **(SEI 014.00017/2021-96)**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 160/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 152/21 – (Proc. nº 0441/21 – Ver. Aldacir Oliboni) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade “aos trabalhadores da saúde em sua luta pela aprovação do Projeto de Lei 2564/2020, que estabelece o piso salarial nacional para profissionais da enfermagem, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, bem como a jornada de 30 horas semanais”. **(SEI 021.00091/2021-03)**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 152/21. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nosso Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que está acompanhando nossa sessão nesta tarde. Ora, esta moção é em função de estarmos, como falamos anteriormente, no Dia Internacional da Enfermagem. Esta moção, não só de apoio ao projeto de lei e de solidariedade, é para que o projeto de lei que está no Senado seja votado o mais rápido possível. Do que trata o projeto de lei? O projeto de lei citado trata de um piso nacional de salário para os profissionais da área da saúde, mais precisamente, enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem. E eu diria o seguinte: hoje, em alguns estados, o piso nacional de salário para enfermeiro não chega a três salários mínimos. Em outros estados chega até cinco salários mínimos, já no Nordeste, não passa de dois salários mínimos. Então, vejam só, o PL determina a instituição de um piso nacional para enfermagem, isto é, os enfermeiros com R\$ 7.315,00; os técnicos de

enfermagem com R\$ 5.120,00; os auxiliares de enfermagem com R\$ 3.657,00. Óbvio que há uma discussão muito pertinente – os senadores do estado do Rio Grande do Sul já deram *o.k.* ao projeto de lei, e há uma pendência somente na priorização deste projeto. Eu creio que nós, ao percebermos que os trabalhadores da saúde têm uma enorme importância que devem ter um plano de salário nacional, que faz um regramento com relação aos trabalhadores da saúde, é de fundamental importância porque isso traz dignidade a esses servidores. Não é justo que algumas prefeituras, por exemplo, paguem dois salários mínimos; outras, três; outras, cinco ou até seis salários mínimos para os enfermeiros, e assim sucessivamente para os técnicos de enfermagem. Alguns estados pagam até três salários mínimos; outros, até seis salários mínimo. Na medida em que houve um piso nacional de salário e uma carga horária definida, como é o pleito do projeto de lei, 30 horas semanais, é mais do que justo que o regramento possa se estabelecer em todo o território nacional, porque aí, independente do recurso, que é justo e que vem de fundo a fundo para todos os estados e municípios é o mesmo valor - por que estados e municípios pagam salários diferentes e tem carga horária diferentes? Então, nesse sentido, nós queremos, não só apoiar por unanimidade, peço aqui o apoio dos vereadores e vereadoras, porque isso tem uma enorme simbologia em tempos de pandemia, depois de centenas ou milhares de trabalhadores da saúde perderem sua vida, porque centenas, milhões de brasileiros, não só foram atendidos por estes cidadãos, mas mais de 2,3 milhões de profissionais da área da saúde serão beneficiados, com certeza, com este projeto de lei. Então, é neste sentido que eu peço, não só em nome da nossa bancada, como também peço unanimidade na aprovação desta moção em apoio a este projeto de lei que está no Senado, muito obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 152/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): É com muita satisfação que eu venho até esta tribuna para, não só prestar meu apoio a todas e todos os trabalhadores da enfermagem, porque é preciso reconhecer que quem vai ir aplicar a vacina nos lugares mais longínquos, para imunizar a população contra a Covid, são os técnicos, os enfermeiros, pessoas que resolveram, Ver. Mauro, dedicar sua vida a construir a saúde, tanto no público, quanto no privado. Infelizmente, em muitos lugares do Brasil há técnico de enfermagem ganhando menos de um salário mínimo – isso é um absurdo. E aqui em Porto Alegre tem – estive recentemente fazendo uma visita ao Hospital São Pedro, onde o salário básico dos auxiliares de enfermagem é menor que o salário mínimo, Ver.^a Mônica Leal! E estão lá todos os dias, garantindo um bom tratamento aos pacientes nesse hospital histórico da nossa capital. E assim como eles, vocês imaginem quantos mais no Brasil, nos municípios em que a gente nem imagina, mais de 5 mil estão ganhando pouco por tudo que fazem para salvar vidas, porque as vidas não são salvas só pelos médicos, que são muito importantes, mas os enfermeiros, os técnicos, os auxiliares, a equipe constituída da saúde é a que está salvando milhares e milhares de brasileiros entubados, nas UTIs, nos leitos clínicos; são eles que estão já ajudando no

isolamento – o isolado não pode falar com seus familiares – são eles que fazem o contato afetivo, Ver. José Freitas, eles não fazem só o trabalho técnico, eles fazem o diálogo com o enfermo, Ver. Cecchim. Por isso eu acho importantíssimo essa Casa, de forma unânime, apoiar esse PL que está em tramitação no Senado, apoiar porque não existe uma pessoa que não tenha precisado da saúde, não existe um de nós que não vá precisar, nem que seja na velhice, ser atendido por um técnico, um enfermeiro, enfim, trabalhadoras e trabalhadores que vão estar lá esperando 24 horas por dia, por exemplo, no HPS, estão lá aguardando, eu já fui atendido duas vezes lá, e salvam vidas. Quero só destacar aqui um elemento da última semana, que a vida de uma mulher foi salva. Uma trabalhadora, técnica de enfermagem, Presidente Bins Ely, estava saindo do seu trabalho, de um hospital, de manhã cedo, ainda não tinha clareado o dia, e ela foi atacada pelo ex-marido com nove facadas, na parada de ônibus, uma, inclusive na jugular. Foi levada às pressas para o Pronto Socorro, e, felizmente, toda a equipe salvou sua vida. Isso é legal, isso bonito. Então, o mínimo que nós podemos fazer aqui em homenagem a milhares e milhares de trabalhadores da saúde, da enfermagem, neste dia que se comemora esta data tão importante, é apoiar esta moção para que, no Congresso Nacional, se comece a valorizar um pouco mais os trabalhadores da saúde deste Brasil, e aí, no caso específico, os trabalhadores e trabalhadoras da enfermagem. Parabéns a todos vocês pelo seu dia. Parabéns ao Ver. Oliboni pela proposição, e com certeza a Câmara de Vereadores vai encaminhar favorável, que o Congresso Nacional possa começar a fazer justiça, que se tenha um piso mínimo para a enfermagem. Isso é fundamental. Um grande abraço e sigamos com a nossa luta.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 152/21.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Saúdo o Presidente Márcio Bins; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Neste momento, eu não poderia fugir desta responsabilidade, a nossa bancada, eu e a Mônica, vamos votar favorável a esta moção, Ver. Oliboni. Consideramos o piso o mínimo. Peço aos colegas, essa não é uma questão política, não é ideológica, é uma questão de saúde, de reconhecimento à categoria que merece. Muitas, boas categorias têm o seu piso. Vamos ver no futebol, se for aqui no interior, qualquer time de futebol da 3ª Divisão, tem piso, qualquer categoria tem piso. Nada contra o futebol do interior, minha origem, minha raiz, mas é assim. Fui sindicalista no futebol, inclusive, para informar a vocês, a única categoria que tem Carteira de Trabalho, no esporte, é o jogador de futebol, criada, em 1976, pelo Ministro Arnaldo da Costa Prieto, gaúcho de Novo Hamburgo. Depois de o Brasil ser campeão em 1958, 1962 e 1970, foi ter o reconhecimento lá adiante. Portanto, todas as categorias do Brasil têm o piso. Nada melhor do que o reconhecimento, uma categoria que luta, é um braço fundamental para a saúde no Brasil e tem que ser reconhecida. Imagina uma categoria consagrada, consolidada não ter piso. Isso é o mínimo de reconhecimento dos

governos. É nesse sentido, Ver. Oliboni, que estamos juntos, não tem ideologia, é reconhecimento a uma categoria que merece. Portanto, transmita aos seus colegas que estamos juntos – eu e a Mônica – pelo reconhecimento dessa categoria que é muito importante, é a categoria básica e fundamental de sustentação quando a coisa fica difícil. Meus parabéns, conte comigo e com a Mônica, com a bancada do PP porque é uma questão de reconhecimento. Ver. Cecchim, acho que temos que nos unir agora, esta não é a hora política, temos hora para discutir política, discutirmos, criticarmos, mas este momento é de reconhecimento a uma categoria. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sr. Presidente, quero reconhecer aqui ao Ver. Oliboni, que fez um acordo na sessão passada, para que se votasse esta moção. Eu acho importante que se vote esta moção em apoio ao PL nacional. É uma causa justa, todos nós temos causas, acho que o Ver. Aldacir Oliboni merece esse reconhecimento, por isso quero declarar aqui publicamente o meu voto favorável.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 152/21.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Amigo Márcio, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste. Não podia deixar de me inscrever também, até em razão do dia de hoje, estamos em plena comemoração do Dia Internacional da Enfermagem. Então, queria trazer o nosso abraço, em meu nome e em nome do partido, a todos enfermeiros e profissionais de enfermagem do País e dizer que estamos juntos, vamos votar favorável. Cumprimentar o Ver. Aldacir Oliboni pela bela proposta que nos apresenta. Vamos votar favoravelmente. Um abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 152/21.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Eu acho que uma reivindicação que vejo alguns vereadores fazer faz muito tempo irá acontecer no dia de hoje. Nós teremos um *card* do Ver. Jonas dizendo: “Os vereadores que votaram a favor dos profissionais da saúde”. O senhor vai ter que fazer um *card* com lugar para todo mundo. Claro que vai ser unanimidade a aprovação do projeto hoje. Estamos ansiosos, Ver. Jonas, esperando o seu *card*. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 152/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a contrariedade dos vereadores Ramiro Rosário, Mari Pimentel e Felipe Camozzato.

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, requeiro a realização imediata da reunião conjunta das comissões. Estamos preparados para fazê-lo, está combinado desde segunda-feira. Eu gostaria, então, que V. Exa. pudesse convocar o presidente da CCJ para que nós pudéssemos fazer isso.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Sr. Presidente, na verdade, o Ver. Idenir Cecchim, líder do governo, com todo o seu direito, fez um requerimento, mas não disse quais são os projetos, não sei se a diretoria vai dizer agora, mas temos que saber com antecedência de que projetos estamos falando para a reunião conjunta das comissões. Por que faço essa interpelação, esse questionamento? Porque há projetos que podem entrar na reunião conjunta das comissões porque nós temos, assim, digamos, praticamente um consenso; há outros que nós temos, digamos, demandas de entendimento que existem sobre eles que estão atendidos. É fundamental que antes de suspender a sessão, sei que V. Exa. corretamente vai suspender para passar a presidência, mas antes precisamos saber de que projetos estamos falando, o que está incluído, qual é a proposta para esta reunião conjunta das comissões permanentes da Casa, por favor.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Atendendo ao pedido do Ver. Pedro Ruas, que sempre é um pedido inteligente, o líder da oposição está no seu papel, um vereador atuante e inteligente. Eu passo a responder ao questionamento do vereador: primeiro, será o PELO nº 002/20, do governo municipal; segundo, o PLL nº 139/21, do Giovane Byl e outros; terceiro, PLCE nº 004/21, do governo municipal, que institui o programa de recuperação fiscal – Recupera POA; quarto, PLL nº 151/20, do Ver. Claudio Janta e o PLCL nº 014/20, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. São esses os projetos a serem votados na reunião conjunta das comissões.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Na verdade, tem mais dois porque houve vereadores e vereadoras que indicaram projetos, mas cuja fase processual já estava além da necessidade de fazer reunião conjunta, já estavam indo para a Ordem do Dia. Então, esses vereadores substituíram. Em face disso foi recentemente aumentado só para colocar esses dois aqui: é o Processo nº 0221/21, de autoria da Ver.^a Daiana Santos e outros, que autoriza fornecimento de almoço para estudantes matriculados nas escolas, e da Ver.^a Cláudia Araújo, o PLL nº 234/ 21, que inclui o evento municipal da internet mais segura no calendário de eventos.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Obrigado, diretor. Como sempre atento e competente, respondeu todas as perguntas, inclusive o governo já encaminhou o pedido de vista da Ver.^a Bruna.

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento): Quero, primeiro, agradecer ao Ver. Idenir Cecchim a informação prestada sobre o nosso requerimento. Com relação ao PELO nº 002, que é o primeiro que foi referido pelo líder do governo, deu uma informação agora em relação à... Nesse projeto, é uma pergunta à Mesa, agora, talvez, à diretoria legislativa, havia um pedido de diligência na CEFOR, havia e há, e o nobre líder do governo informa que há uma resposta. Só que nem a CEFOR nem o plenário conhecem essa resposta. Eu requeiro, Sr. Presidente, que tenhamos, antes dessa decisão, o acesso a essa resposta porque ela é fundamental no debate do projeto tanto para a CEFOR quanto para nós.

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Questão de Ordem): Sr. Presidente, primeiro queria registrar que, no acordo estabelecido na semana anterior, passada, este projeto de lei nº 002, que trata da previdência dos municipais, não foi incluído. Essa sugestão, nobre Presidente, foi trazida hoje no colégio de líderes pela vice-líder do governo, Ver.^a Nádia. Não houve acordo das lideranças nessa ocasião. Por que não houve acordo? Porque há um pedido de diligência feito pela Ver.^a Bruna, como presidente da CEFOR. O pedido de diligência feito, e vindo a resposta, tem que ter vindo pelo SEI; no SEI não consta nada ainda, e também na foi oficiado à presidente da CEFOR. Portanto, não há como nós incluirmos este projeto de lei, uma vez que o trâmite regimental não aconteceu ainda. Por isso peço, no mínimo, um tempo, uma meia hora, para que isso aconteça ou que não se dê acordo para votar este projeto de lei nesta sessão, nesta conjunta desta semana, uma vez que não estava no acordo.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Nós vamos suspender a sessão para dar início à reunião da conjunta das comissões. Peço apenas dois minutos para deixar o encaminhamento junto com o presidente das comissões, que é o presidente da CCJ. (Pausa.)

(Suspendem-se os trabalhos às 16h28min.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 16h32min: Estão reabertos os trabalhos.

Vereador Leonel Radde (PT): Tem uma questão de ordem, Presidente, nós temos um recurso pela CCJ, nº 20800137/202161, que é um recurso justamente vinculado à análise que foi feita na CCJ, o prazo que foi protocolado, do relatório feito pelo Presidente Camozzato que não cumpriu as 24 horas. Esse recurso está inclusive na diretoria legislativa para ser analisado. Então, se puder dar uma olhada. Isso é importante, porque no nosso entendimento tem que ser julgado antes da votação.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Pode me passar o número do recurso, por favor?

Vereadora Bruna Rodrigues (PCdoB): Presidente, eu gostaria de registrar publicamente que nós não recebemos a resposta da diligência, portanto não tivemos tempo de olhar, de analisar. Eu acho que o mínimo da respeitabilidade é conseguir analisar um documento tão sério como esse. E é importante registrar aqui que o atropelo desse projeto também fala sobre a forma com que o governo trata a oposição nesta Casa. A gente não tem conseguido dialogar sobre nada. É um atropelo atrás do outro. Nem o estatuto desta Casa é respeitado de forma adequada. Então eu queria fazer esse registro porque nós fizemos uma série de questionamentos na reunião de líderes e eu acho que a gente precisa ter tranquilidade sobre, principalmente, um projeto com tamanha importância. Nós não recebemos nenhuma resposta de diligência pelo SEI.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Só para responder para a Ver.^a Bruna que a diligência foi respondida e será dada vista, como sempre aconteceu nas reuniões. Com certeza será dada vista pelo presidente da CCJ, como sempre aconteceu, até por que as perguntas foram feitas hoje. Se era de interesse que fosse feita, poderia ter sido o mês passado a diligência. A diligência está respondida com muita eficácia do governo.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Independentemente dessa questão de encaminhamento deste projeto para a reunião conjunta de hoje, nós já havíamos acertado essa reunião desde a semana passada para tratar também de outros assuntos. Eu suspendo a sessão e passo a palavra ao presidente da CCJ, que é o presidente da reunião conjunta para realizar a mesma.

Vereador Moisés Barboza (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio em homenagem póstuma à Daniel Flores Neto, pai de um grande amigo desta Casa, ex-diretor André Flores.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Suspendo os trabalhos para a realização da reunião conjunta das comissões.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h37min.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 18h57min: Estão reabertos os trabalhos.

Dado o adiantado da hora, estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h58min.)

* * * * *